

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ÉTICA E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA MUNDIAL

Sérgio Murilo Santos de Araújo

Unidade Acadêmica de Geografia – Centro de Humanidades
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais – CTRN – UFCG
Fone: (83) 9107-6941. e-mail: sergiomurilosa.ufcg@gmail.com.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir conceitualmente o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade, remetendo-se à questão ética e ambiental. Tais conceitos são abordados atrelados aos problemas ambientais e da economia global e o papel do Estado, dos agentes econômicos e sociais no uso dos recursos naturais. Por fim, conclui-se que a problemática da crise está relacionada à dependência dos países subdesenvolvidos diante dos países desenvolvidos e porque as trocas comerciais são muito desiguais, o que perpetua a pobreza e a miséria dos países subdesenvolvidos e pobres, sendo também responsáveis pela degradação ambiental dos ecossistemas mundiais de importância fundamental para a sociedade global.

Palavras-chave: meio ambiente; economia; natureza e recursos; sociedade; crise ambiental.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT, ETHICS AND ECONOMIC WORLD SUSTAINABILITY

ABSTRACT

This study aims to conceptually argue sustainable development and the sustainability by referring into ethics and environmental matter. These concepts are approached and tied to the environmental problems of the global economy and the role of the State, the economic and social agents in using of the natural resources. Finally, it was concluded that the problematic of the crisis is related to dependence of the underdeveloped Countries on face of the developed Countries and because trading conditions are very uneven, what entrenches poverty and the misery of the poor and underdeveloped Countries, are also responsible for environmental of world ecosystems of paramount importance to the global society.

Key words: environment; economy; resources and nature; society; environmental crisis.

1. Introdução

O planeta Terra encontra-se num período marcado por mudanças ambientais em todos os lugares do planeta, numa crise de civilização que possui dimensões globais, a julgar sua escala espacial. Tal crise se origina das ações humanas – dada a interferência que o homem explora os recursos naturais, através de suas atividades econômicas, e que conseguiu atingir larga escala de produção devido ao avanço tecnológico. As mudanças globais podem ser compreendidas através da interação entre os sistemas físico-ambientais (naturais) e os sistemas humanos (socioeconômicos) e que resultam da ação do segundo sistema sobre o primeiro.

As mudanças ambientais globais podem ser de duas ordens, àquelas que ocorrem no meio natural (hidrográficas, pedológicas, climáticas/atmosféricas e biológicas) e as que ocorrem nos sistemas humanos, devido aos subsistemas social, econômico, político e cultural. Os sistemas humanos, tendo como agente e parte fundamental o homem, interage com os sistemas ambientais naturais transformando e alterando seus aspectos de origem, ou inicial, em

função do modo de produção e dos valores que a sociedade dá aos recursos ou aos produtos que se originam a partir da base dos recursos contidos nos sistemas ambientais.

A partir da percepção mundial sobre a questão ambiental, surge o paradigma do desenvolvimento sustentável - um conceito contemporâneo que muito se discute e muito se almeja. Pois, a sociedade global vem buscando o equilíbrio entre a economia e o ambiente, situação tão sonhada nas últimas cinco décadas e, assim, permitir a perpetuação da espécie humana ou de manutenção do sistema planetário em condições da espécie humana continuar existindo.

Visto como uma utopia, o desenvolvimento sustentável só seria possível quando abarcado por um processo de globalização que leve em conta um sentido único na forma de pensar o mundo, e que valorizasse a noção de integração e melhorias na qualidade de vida das pessoas (de todo mundo), uma vez que os problemas ambientais de nosso tempo podem ter consequências globais e que atingem todos. Daí a necessidade de uma economia global menos impactante sobre o meio físico-ambiental e também sobre a sociedade e suas classes sociais. Pois, pensar um mundo mais solidário e harmônico ecologicamente é pensar na própria perpetuação da espécie humana e das espécies de que o homem precisa para a sua sobrevivência. Um sistema econômico (e ecológico) injusto e potencialmente degradante do meio ambiente se mostra responsável pelo atual estado de mundo em que vivemos.

O presente trabalho tem como objetivo discutir conceitualmente o desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade e a ética, remetendo-se à questão ambiental mundial atual. São discutidos não somente os conceitos, mas também a situação de mundo quanto ao modelo econômico e o modo de produção global, que ainda considera na prática a Terra como um planeta dotado de recursos inesgotáveis, mesmo sabendo comprovadamente que isso não é verdade.

2. Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade

Em um primeiro momento se faz necessário conceituar o que é sustentabilidade. Sustentar significa manter as condições de sobrevivência/existência de um determinado sistema; aplicado esse conceito simples à sociedade, seria o conjunto de condições necessárias à manutenção do sistema político-econômico e social, que tem como base a Natureza, ou seja, os recursos naturais (físicos e biológicos) de que depende o sistema. Também se deve considerar a noção de tempo, porque sustentar exige um período de manutenção, e com ela deve vir uma preocupação com as gerações futuras, exigindo-se um longo prazo. Assim, a sustentabilidade pode ser caracterizada como um:

[...] processo de se obter de modo contínuo condições de vida iguais ou superiores para um grupo de pessoas e seus sucessores em um dado ecossistema, portanto, é um processo contínuo. A condição de não se prejudicar as gerações futuras, contida na definição de sustentabilidade (equidade intergeracional), determina que a sustentabilidade somente será verdadeira, se ela própria for deixada como herança para as próximas gerações. Nesse sentido, a noção de tempo, se incorpora às discussões. A equidade intergeracional, incorporada à discussão de desenvolvimento sustentável, é uma condição para que o mundo caminhe com mais facilidade em direção à equidade intergeracional (PAULA; CAVALCANTI, 2000, p. 3).

Inicialmente é preciso enfatizar que a sustentabilidade é uma questão ética, moral e social. Para Sheng (1997; p. 16): “as causas básicas que acionam as atividades ecologicamente

danosas [...] podem ser atribuídas às instituições sociais, aos sistemas de informações e aos valores adotados pela sociedade”.

Vale salientar, que são esses valores adotados pela sociedade ocidental que hoje estão em cheque em razão da crise de civilização (designada nos níveis de crise ambiental, econômica, moral, ética e social). Herrera (1982) a designa como uma crise cultural, uma vez que o que define a espécie humana das demais é a sua cultura. A sociedade em que vivemos só poderá encontrar um caminho para o desenvolvimento sustentável se forem conjugados os seguintes elementos necessários para uma mudança qualitativa na ordem social vigente: ética, mudança do paradigma de sociedade do consumo, vontade política e vontade social. Para tal, é preciso que o poder seja exercido, de fato, em favor da sociedade. Por muito tempo, e ainda hoje, o poder do Estado tem favorecido as corporações (e as elites).

O poder da sociedade, representada pelos cidadãos das classes menos favorecidas, o ‘terceiro poder’, não tem conseguido se estabelecer frente aos interesses do poder econômico, sempre representado e aliado ao Estado. Se o Estado representasse a sociedade e executasse de fato as ações de interesse do coletivo social, alguns problemas sociais seriam ao menos amenizados. Na nossa ótica, a miséria não existiria no Brasil.

Uma sociedade baseada no desenvolvimento sustentável não se constrói “da noite para o dia” e a sustentabilidade exige a participação de toda sociedade. Ao Estado cabe o papel de liderar o mercado e nortear as metas da sustentabilidade, ele possui a autoridade e os meios para atuar como agente de equilíbrio em face dos poderosos grupos de interesse (PROOPS et. al., 1997).

Segundo Proops et. al. (op. cit.) existem duas tendências nas sociedades ocidentais relativas à sustentabilidade. No campo da oferta há uma tendência de usar tecnologias e produtos mais brandos; na procura, há uma tendência em se consumir sempre mais. Segundo o mesmo autor,

Verifica-se uma considerável assimetria no uso para fins de política dessas tendências; a política ambiental está restrita, sobretudo, a ação no lado da oferta [...] Uma questão maior para uma política efetiva de sustentabilidade é, portanto, influenciar o lado da demanda. Para tanto, faz-se necessário o consenso da população. (PROOPS et. al., 1997, p. 106).

Para se atingir a sustentabilidade, ou caminhar gradativamente em direção a ela, é necessário saber que a sustentabilidade é um processo contínuo. Ter uma visão do estado do mundo, ou de sociedade (de um país), em direção ao qual desejamos avançar é um pré-requisito para a formulação de uma política relativa à sustentabilidade (PROOPS, idem).

Já foi dito anteriormente que o desenvolvimento sustentável requer longo prazo (tempo), criatividade e políticas criativas. Não é demasiado dizer que para alcançar o desenvolvimento sustentável é preciso engajamento social e participação democrática; onde o Estado seja, de fato, regulador e representante da sociedade, diferente, portanto, da postura atual de vários países - representante de grupos poderosos, que são beneficiados na gestão dos recursos naturais e econômicos.

Para o desenvolvimento sustentável é preciso formular uma política educacional e também uma mudança institucional. Mudar os padrões de consumo e, por conseguinte, de consumo material intensivo dos recursos naturais, reavaliar os valores sociais e informar a necessidade de mudar o paradigma – necessidade de educação ambiental e da participação social nas decisões do Estado (ou pelo menos serem ouvidos).

Os custos sociais e ambientais, até então, têm sido muito caros para os países subdesenvolvidos. Porém, o entrave da política de desenvolvimento sustentável nesses países

parece estar na estrutura social e educacional, justamente dois elementos chave na construção e consecução do desenvolvimento sustentável. Para Proops et al (op. cit., p. 11) o pré-requisito do desenvolvimento sustentável é: “um sistema político e econômico estável que permita a participação de toda a sociedade. Uma política que muda as regras do jogo com muita frequência é um entrave ao desenvolvimento social e econômico”.

O desafio, no entanto, está no campo das reformas institucionais. Reforma social de paradigmas sim, mas também do Estado e da maneira de tratar a sociedade e os grupos poderosos - atualmente o Estado favorece esses últimos em detrimento do social. Esse tratamento deve ser a primeira reforma, ou seja, exercer o seu papel de representante da sociedade e aliar-se a ela no objetivo de um desenvolvimento sustentável.

2.1 Sustentabilidade Mundial

Ao longo das últimas três décadas do século XX as relações econômicas internacionais tomaram maior vulto e esse período foi de fortalecimento do processo de globalização. Junto com ele foram observados alguns problemas socioeconômicos e ambientais principalmente nos países subdesenvolvidos.

Nos anos de 1980 tais problemas podem ser resumidos em dois pontos que parecem cruciais, atrelados a uma conjuntura, ou ordem mundial vigente. Primeiro, o endividamento externo - principalmente de países como Argentina, Brasil e México, com consequências sociais e ambientais drásticas (desemprego e pressões sobre o meio ambiente ou sobre os recursos naturais); segundo, o aumento da pobreza e da fome, principalmente na África com maiores índices, agravados pelo êxodo rural e altas taxas de crescimento populacional, além das secas sucessivas no Sahel (CMAD/FGV, 1991).

Os problemas da África eram, e continuam sendo, mais alarmantes porque os investimentos nesse continente, seja de ajuda externa em fundos ou da iniciativa privada, ainda são irrelevantes, condenando o continente a uma situação insustentável do ponto de vista da vida humana. Vale lembrar que, na maioria dos países africanos, a pobreza e a falta de suprimentos têm como coadjuvante os conflitos internos nacionais (disputa pelo poder político, guerrilhas e outros) e ditaduras impostas com grande aparato militar.

O caso da América Latina é um pouco diferente, os países que possuem as maiores dívidas são de interesse da iniciativa privada e da economia mundial - incluem-se aqui os grandes Estados, os países emergentes. Isso se explica, é óbvio, pelo mercado que representam e pelos recursos que possuem - países de grandes extensões territoriais, com extensas reservas naturais e caracterizando-se como grandes mercados consumidores (Argentina, Brasil e México, por exemplo).

Embora sejam necessárias algumas condições para que os intercâmbios econômicos internacionais beneficiem as partes envolvidas, tais condições não são respeitadas. Essas condições dizem respeito à “manutenção dos ecossistemas dos quais depende a economia global [que] deve ser garantida e os parceiros econômicos devem estar convencidos de que o intercâmbio se processa numa base justa” (CMAD/FGV, 1991, p. 72).

A globalização traz na sua ‘propaganda’ a noção de um mundo solidário, no entanto, as diferenças econômicas entre as nações, particularmente no domínio tecnológico, revelam a desigual relação e a distância do que seria solidário. Essa desigualdade compromete a economia mundial e, mais ainda, a sustentabilidade do sistema global futuramente, tanto no que diz respeito ao econômico, como o social e o ambiental (ecossistemas). Um aspecto observado ao longo dos últimos anos, principalmente na década de 1980, foi a crise econômica dos países subdesenvolvidos. Essa crise possibilitou verificar a insustentabilidade da economia mundial.

A interdependência, ou dependência, da economia internacional corre o risco de ser rompida se os países desenvolvidos não tiverem uma política de transferência de recursos para a melhoria das condições dos países pobres. Para isso se faz necessário uma renegociação da dívida externa desses países em termos mais brandos, que permitam limites que satisfaçam as condições de sobrevivência, ou de sustentabilidade social. Atualmente retaliações e exigências na concessão de empréstimos vêm embutidas com a preocupação da manutenção de produção dos recursos e matérias-primas, que sustentam a economia mundial e o sistema atual (CMAD/FGV, op. cit.).

Para alguns autores a origem dos problemas ambientais é atribuída ao sistema de competição de livre-empresa que sustenta os mercados. Tais argumentam que o sistema de mercado capitalista, recompensa àqueles que exploram o meio ambiente para dele tirarem proveito em curto prazo, uma estrutura de incentivos fundamentalmente avessos à conservação e à sustentabilidade em longo prazo e, além disso, que a classe capitalista exacerba o processo por meio de sua forte influência sobre a política pública. Algumas análises remetem a deterioração ambiental a uma divisão internacional entre as nações industriais ocidentais ricas e as nações pobres do Terceiro Mundo, produtoras de matérias-primas, a qual fomenta a dependência político-econômica (STERN, 1993).

Segundo Stern (op. cit.) os contratos ou termos comerciais desiguais entre as nações são responsáveis por drenarem o capital das regiões periféricas (países subdesenvolvidos) ou satélites para as áreas centrais (países desenvolvidos). Dessa forma, o subdesenvolvimento e a pobreza são '*desenvolvidos*' e perpetuados pelos mecanismos de mercados – o neoliberalismo – que afeta a situação de mundo atual e que mantém ou perpetua a dependência político-econômica em nível global.

Como assinala Wolf (1982) “este modelo dependente realça o importante papel do capital estrangeiro e das indústrias de extração, mas, porque coloca um monolítico capitalismo global contra um igualmente não diferenciado e amplamente passivo terceiro mundo”. O Estado é uma grande instituição que afeta a mudança global porque suas ações modificam as instituições econômicas e afetam uma ampla gama de ações humanas, inclusive aquelas que geram impactos ambientais globais (STERN, ibidem).

A pressão sobre os ecossistemas mundiais tem conduzido a degradação dos recursos naturais, principalmente nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Um panorama da expansão de áreas agropecuárias pode ser visto na tabela 1, que nos mostra um crescimento das áreas colocadas a serviço do agronegócio e da exploração madeireira. O aspecto que chama mais atenção é que nos países mais pobres ou em desenvolvimento a área convertidas em lavouras vem crescendo consideravelmente, são os casos da África e América Latina e Caribe. Ou seja, as florestas vêm sendo reduzidas em função da pressão das atividades econômicas, do agronegócio e da agroindústria (IBAMA/UMA, 2004).

Também é marcante o crescimento de áreas cobertas com florestas no período de 1990 a 2000 na Europa e na América do Norte. Isso nos dá a ideia de que haja um planejamento por parte dos países que integram essas regiões em medidas de proteção e conservação das florestas ou vegetações semelhantes. Enquanto isso, nos países da África e América Latina e Caribe houve uma expansão das terras antes cobertas por florestas convertidas em terras para lavouras e pastagens para abastecer os mercados dos países ricos, principalmente a Europa Ocidental e América do Norte – EUA e Canadá (Tabela 1).

| Região | Área total de superfície (milhões de ha) | Área total de Florestas 1990 (milhões de ha) | Área total de Florestas 2000 (milhões de ha) | % de terras com cobertura florestal em 2000 | Mudanças entre 1990 e 2000 (milhões de ha) | % de mudanças anuais |
|--------------------------------|--|--|--|---|--|----------------------|
| África | 2.963,3 | 702,5 | 649,9 | 21,9 | -52,6 | -0,7 |
| Ásia e Pacífico | 3.463,2 | 734,0 | 726,3 | 21,0 | -7,7 | -0,1 |
| Europa | 2.359,4 | 1.042,0 | 1.051,3 | 44,6 | 9,3 | 0,1 |
| América Latina e Caribe | 2.017,8 | 1.011,0 | 964,4 | 47,8 | -46,7 | -0,5 |
| América do Norte | 1.838,0 | 466,7 | 470,1 | 25,6 | 3,9 | 0,1 |
| Ásia Ocidental | 372,4 | 3,6 | 3,7 | 1,0 | 0,0 | 0,0 |
| TOTAL | 13.014,1 | 3.960,0 | 3.866,1 | 29,7 | -93,9 | -0,24 |

Tabela 1. Mudanças nas áreas cobertas por florestas entre 1990 e 2000 por região.

Fonte: IBAMA/UMA (2004).

Sem sombra de dúvidas, a manutenção da sociedade atual está fundamentada na interdependência econômica, nas trocas, e isso tem que ser feito com um mínimo de justiça. De acordo com CMAD/FGV (1991), podemos ter as seguintes conclusões:

- a) A interdependência, com a visão de globalização, nos dá um prisma mais amplo da atual crise e do caminho que se deve procurar. Algumas questões têm que ser colocadas em destaque para ser compreensiva uma reviravolta na atual ordem vigente:
- b) Inicialmente, se existe esta interdependência, e existe, a degradação, a fome e a injustiça do modelo atual não é só problema do mundo subdesenvolvido, logo, as desigualdades e injustiças do mundo globalizado é também responsabilidade das sociedades (países) desenvolvidas, que dominam as ações da sociedade global;
- c) Se as grandes nações e grandes empresas dependem dos fornecedores de matérias-primas e de outros produtos intermediários, logo são dependentes destes e vice-versa;
- d) As pressões crescentes, principalmente em tempos de crise, sobre o meio ambiente são forçadas por uma política global e a manutenção da economia internacional estaria fadada ao fracasso em decorrência do esgotamento das frentes produtoras de matérias-primas (os países subdesenvolvidos);
- e) A atual economia mundial não se sustenta pelo modelo de desenvolvimento adotado, é necessário que haja uma política econômica sustentável e austera para que a sociedade reverta a atual situação.

Para que aconteça uma política pautada na sustentabilidade, partindo-se do pressuposto que os níveis de consumo atual são insustentáveis, é necessário que haja dois tipos de direcionamentos. Primeiro, os padrões de vida e de consumo nos países desenvolvidos devem entrar num ritmo de desaceleração, talvez até de estagnação. Segundo, no mundo subdesenvolvido, as elites precisam reduzir, assim como nos países desenvolvidos, sua tendência de consumo. O padrão de “sociedade do consumo” deve ser rechaçado (banido), e o Estado tem que direcionar seus esforços para um novo modelo, ou paradigma, que empregue um desenvolvimento baseado na disponibilidade de recursos, na pesquisa de demandas atuais e futuras com o planejamento baseado nas projeções do crescimento da população, sobretudo, preocupando-se com a manutenção da sociedade em médio e longo prazo (CMAD/FGV, 1991).

Estes direcionamentos, citados anteriormente, podem ser ampliados e não dão conta das questões relativas ao desenvolvimento sustentável. Contudo, é só um esboço perante a necessidade de uma meta a ser alcançada em curto prazo, que abriria uma nova perspectiva nas relações internacionais.

Cabem às nações subdesenvolvidas a negociação dos serviços das dívidas externas e ampliar os leques de condições no que se refere aos fundos de financiamentos do Banco Mundial às questões ambientais e sociais. Pois, a degradação dos recursos e a miséria são reflexos de uma política global de economia injusta, politicamente incorreta e moralmente perversa (CMAD/FGV, op. cit.; SANTOS, 2000).

Mesmo que o crescimento econômico dos países subdesenvolvidos seja transformado em significativa contribuição para o desenvolvimento sustentável, se faz necessário uma redução do consumo material-intensivo. Segundo CMAD/FGV (idem, p. 98): “é preciso que os futuros padrões de desenvolvimento agrícola e florestal, de consumo energético, de industrialização e de assentamentos humanos sejam menos material intensivos e, portanto, mais eficientes tanto do ponto de vista econômico quanto ecológico”.

Fica clara a necessidade de mudança, de introduzir políticas de exploração dos recursos naturais de forma moderada, que possibilite prazos mais longos à dinâmica natural de regeneração dos ecossistemas, e fundamentalmente uma mudança nas relações econômicas mundiais - que sendo injusta, torna-se insustentável, por produzir um sistema que escraviza ou explora demasiadamente os países pobres e estes exploram ainda mais seus recursos naturais e seus cidadãos.

2.2 Sustentabilidade e Questão Ética

A crise por que passa a humanidade é cultural e ética. Como foi dito várias vezes, o homem participa de um sistema ambiental e sua evolução como espécie cultural é resultado das modificações do meio realizadas pelo próprio homem. Se nosso problema enquanto sociedade é cultural e ético, faz-se necessário conceituar ética e tecer algumas considerações sobre ela.

Ética diz respeito à conduta, aos costumes e compreendem regras ou princípios morais, entre outros que regem o comportamento das pessoas. Enquanto moral geralmente se refere às regras ditadas pela sociedade com o objetivo de se atingir uma sociedade regrada no bem comum; envolve um julgamento de valor entre o que é o bem e o que é o mal. Evidentemente, que ética e moral estão juntas, tanto uma como outra são imprescindíveis para uma sociedade organizada, politicamente correta, ecologicamente correta e socialmente justa.

O que é sociedade de fato, ou qual é a essência do homem? A ética sempre esteve presente em nossa formação desde a célula da sociedade que é a família, no entanto, as instituições econômicas, políticas e uma série de outras estão corrompidas. Está faltando ética? O momento em que nos encontramos é de fato um lugar (in)comum, metaforicamente uma estrada que se apresenta com várias rotas a seguir e só nos resta saber qual é a melhor. Esse fato caracteriza a crise de civilização que tem reflexos no social, ambiental e econômico – restando ainda outras componentes que podemos chamar de políticas, filosóficas, religiosas, éticas e morais.

As civilizações sempre tiveram um código de sobrevivência que regesse a convivência entre seus componentes como a ética moralista, desde Moisés com os dez mandamentos, o código penal para quem infringisse a lei estabelecida entre outros (WEIL, 1998).

A ética moralista que se caracteriza como o conjunto de condições morais que rege uma sociedade, geralmente tem caráter punitivo, ou seja, condicionar o homem a realizar ações dentro de padrões estabelecidos pelo código moral vigente ditos corretos. A ética espontânea está baseada no autoconhecimento e no conhecimento de mundo, de estar no mundo e ser no mundo. Os valores estão de acordo com uma consciência individual e coletiva, a qual está ligada a real responsabilidade do ser humano com o todo. Essa ética está muito presente nas religiões orientais (budismo, hinduísmo), e porque não dizer também nas religiões cristãs (WEIL, op. cit.).

A consciência do Eu, de Nós e da Natureza está dentro de todo ser humano e muitas vezes não vem à tona por que seus valores éticos estão baseados no sistema ético estabelecido, que é

o moralista, punitivo e de sofrimento. Daí as doenças sociais, as crises existenciais, tão comuns em nosso modelo ocidental de vida, em todas as esferas (social, econômico, político, etc.). Isso como resultado do sistema de coerção da sociedade imposta pelo modelo estabelecido.

Acreditando que a ética que nos foi imposta encontra-se ineficaz, é necessário que se estabeleça uma base mínima de uma ética libertária, que potencialize o individual para o bem do coletivo. Uma ética que envolva conceitos com o objetivo de desenvolver o ser humano em todas suas potencialidades. Uma ética humanista, baseada no amor coletivo, numa filosofia do ser e estar de bem com o todo. Desenvolver um novo cidadão, preocupado com a Natureza e com a Sociedade.

O sistema que sustenta a sociedade mundial está baseado na relação Sociedade-Natureza. Esta relação deve ser planejada e organizada em função das necessidades de um e na capacidade de suporte do outro, respectivamente. Sustentavelmente correto, ou ecologicamente correto, se o homem se vê como participante dos ecossistemas e que almeja sua conservação e sua sustentabilidade. Como diz Mendes (2009, p. 56): “A *natura* é uma das circunstâncias humanas. A *cultura* é outra. O desenvolvimento somente será sustentável na medida em que sustentar, a um tempo, a natureza e a cultura”.

A ética moralista que preside a sociedade ocidental é fundamentada na coerção, vem privilegiando a negação do indivíduo em detrimento de seu crescimento evolutivo, em detrimento de uma ética espontânea. A nossa ética deveria ser aquela que privilegiasse a consciência de um cidadão universal e, verdadeiramente, integrado (integrante) à (da) natureza.

Interiormente todo ser humano procura uma razão, um motivo para se conhecer, se integrar. Conhecimento e integração são duas palavras que se completam nessa busca que se resume em perguntas do tipo: quem sou? Ou o que sou? E de que faço parte? Poucos se perguntam de fato, ou conseguem responder, ou tem respostas. O conhecimento e o autoconhecimento são condições necessárias para se atingir um estado de consciência, de superação e autocontrole diante do mundo e das coisas.

Na realidade a pedagogia do cidadão é um estágio que a sociedade atual deveria buscar, e ser cidadão, de fato, envolve conhecimento, senso de justiça, um pensar coletivo de solidariedade com seus semelhantes e à Natureza, baseados na ética. A qualidade de vida passa por isso, estar de bem consigo e com o entorno, esse entorno como extensão do Eu. Entorno deve ser pensado como um sistema em maior escala, mundial e universal.

A atual crise ambiental nos faz perceber que – do ponto de vista ambiental, econômico e social – as éticas vigentes são inadequadas. Uma vez que:

A maior parte dos regimes éticos contemporâneos estão indiferentes à degradação contínua dos sistemas naturais e precisam ser reformulados ou substituídos. A ética ecológica é um sistema ético complementar que dá ao mundo natural uma voz no discurso ético. (ESTADO DO MUNDO, 2010).

Uma caracterização dos tipos de ética são apresentados no Quadro 1. Podemos destacar que esses tipos de ética se baseiam na relação entre a sociedade e a natureza, ou entre as empresas e a natureza, distinguindo a forma como os seres humanos e as empresas veem os outros seres vivos e os recursos físico-ambientais. Assim como coloca o verdadeiro papel do ser humano e o valor das espécies e dos sistemas ecológicos.

Uma nova consciência de ser no mundo, ou de um mundo melhor, pode ser possível, com a tecnologia que a sociedade atual dispõe podemos chegar a uma nova ideologia. Segundo Santos (2000, p. 174):

Muito falamos hoje nos progressos e nas promessas da engenharia genética, que conduziriam a uma mutação do homem biológico, algo que ainda é do domínio da história da ciência e da técnica. Pouco, no entanto, se fala das condições, também hoje presentes, que podem assegurar uma mutação filosófica do homem, capaz de atribuir um novo sentido à existência de cada pessoa e, também, do planeta.

A felicidade é uma aspiração de todo ser humano, como o homem sempre viveu em grupos e mais tarde em sociedade, é notório que a sociedade sempre buscou melhorar a qualidade de vida de seus componentes - os homens. Desta feita, como assinala Branco (op. cit.; p.120):

A felicidade dos povos constitui o cerne ou o objetivo ideal de todo um complexo de evolução social a que se dá o nome de desenvolvimento. Nesse sentido, o desenvolvimento deve ser regido por preceitos essencialmente éticos, isto é, por regras morais de formas de compromisso mútuos relativos a: a) preservação da vida humana; b) preservação das várias formas de cultura humana; e c) preservação do meio ambiente.

| TIPOS DE ÉTICA | CARACTERÍSTICAS |
|---------------------|---|
| Egocêntrica | Fundamenta-se na ideia de que a natureza é percebida como um reservatório de recursos e seus valores são baseados em função de sua utilidade para satisfazer as necessidades e desejos individuais dos seres humanos. O valor do meio natural é limitado a sua transformação física. As empresas buscam maximizar a exploração dos recursos planetários sem considerar os efeitos de suas ações sobre os ecossistemas. |
| Homocêntrica | Fundamenta-se na ideia de que a natureza é um estoque de recursos interessantes para a humanidade e o valor dado à biosfera é determinado por sua utilidade para a produção de bens. Mas considera que a natureza deve servir a humanidade inteira e os indivíduos devem ter uma perspectiva do valor da natureza para não lesar os outros indivíduos e as gerações futuras. As empresas devem utilizar a natureza de forma racional e planejada. |
| Ecocêntrica | Fundamenta-se na ideia de que a natureza tem um valor intrínseco e que a humanidade é mais uma espécie dentre outras. Desta forma, os homens não têm o direito de dominar e explorar o ambiente sem planejamento e de forma irresponsável. A filosofia eco-cêntrica avança na ideia de que o gênero humano tem a responsabilidade de respeitar todos os elementos naturais, e de minimizar o impacto de suas atividades sobre os ecossistemas e sobre a biosfera. As empresas utilizam os recursos da biosfera a serviço da ecologia. |
| Policêntrica | Fundamenta-se na ideia de que a natureza tem um valor próprio. Mas reconhece um lugar particular da humanidade no mundo e considere sua sobrevivência com mais importante do que a de outras espécies. Não quer dizer que a humanidade é livre para utilizar a natureza de maneira irresponsável. As empresas devem considerar suas ações sobre o meio ambiente. |

Quadro 1. Tipos de Ética e suas Características

Fonte: adaptado de Milion-Guin (1998).

O que se almeja sempre é uma melhor relação entre a sociedade e o seu ambiente. A busca de satisfação humana se tornou material e energética, pressionando a base de recursos de que o homem possui. A Terra é o único habitat humano, até o presente momento não temos alternativa que possa alargar nossa base de recursos e de vida. Não podemos deixar que o sistema político-econômico criado pela sociedade se torne maior do que a própria sociedade, que tem em suas mãos o destino do planeta inteiro, sendo responsável pela sua destruição ou pela sua redenção/salvação.

3. Considerações Finais

O sistema em que se sustenta nossa sociedade é o ambiental, ou seja, aquele representado pela base de recursos naturais ou pelos elementos naturais contidos no meio físico e biológico. Se esse sistema natural de que depende a sociedade entra em declínio também entrará o homem. Rever a forma de entender o sistema ambiental integrado (sistemas humanos e sistemas naturais) requer uma maneira de tratar o meio ambiente com muito mais cuidado.

O nosso tempo é um momento específico na história da humanidade, pois se observa um momento crítico jamais visto, talvez pela proporção que tem: a) hoje somos mais de sete bilhões de habitantes no planeta; b) as comunicações alcançam quase todo o planeta; c) Conseguiu-se dominar técnicas de produção cada vez mais eficientes; d) a medicina a cada dia revela novas descobertas e curas de doenças diversas; e) a engenharia genética evoluiu tanto que já mapeou o código genético humano e está preste a dominar o genoma, como também é possível se fazer a clonagem de animais há mais de duas décadas.

As mudanças no domínio da tecnologia, principalmente na informática, medicina e genética, que marcaram o último século, foi algo sem igual. No entanto, nosso maior problema é reduzir os danos causados pela tecnologia e dominar a disponibilidade de recursos e disposição dos rejeitos.

Se de uma forma a tecnologia trouxe benefícios, de outra, trouxe problemas como a falta de emprego e a exclusão de grande parte das pessoas do mercado de trabalho, que se transformaram em sem teto, sem emprego ou salário - excluídos. Vale salientar, que isso vem acontecendo também no mundo desenvolvido. O direito à dignidade humana é fundamental ao cada indivíduo, e isso carece da satisfação de suas necessidades, como ter emprego, renda, habitação, educação entre outros requisitos que tornam o ser humano cidadão de fato consciente e com direito a desenvolver suas potencialidades (como ser).

Hoje, as bases econômicas mundiais têm que se sustentar num modelo que prime pela contenção de desperdícios e reduzir o consumo de supérfluos - ou abolir este tipo de consumo, situação quase impossível de acontecer. As nações subdesenvolvidas precisam desfazer o mito de que o subdesenvolvimento é uma etapa anterior ao desenvolvimento e criar, ao seu modo, uma relação econômica menos danosa ao meio ambiente.

É preciso humanizar o homem e não escravizá-lo em nome do desenvolvimento e do progresso. Uma série de atividades é necessária ao nosso sistema de sociedade, seja na esfera local, regional, ou mundial; no entanto, determinados setores são meros escravos do desenvolvimento econômico de uma minoria.

Devemos levar em conta que o homem encontra-se escravizado por um sistema cultural já muito abordado nas linhas anteriores. Desfazer-se de todo esse cabedal de conhecimento e cultura parece ser insensato, no entanto, é a partir de nossos erros e acertos que poderemos chegar a um caminho de consenso. Se o homem chegou até aqui também será capaz de achar uma solução para seus problemas atuais e isso prescinde da ética e de ações efetivas.

4. Referências

BRANCO, S. M. **Ecossistêmica**: Uma Abordagem Integrada dos problemas do Meio Ambiente. São Paulo: Edgard Blücher, 1989. 141 p.

Comissão Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMAD/ Fundação Getúlio Vargas - FGV. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CMAD, 1991.

ESTADO DO MUNDO. Universidade Livre da Mata Atlântica. **Estado do Mundo, 2010:** estado do consumo e o consumo sustentável / Worldwatch Institute; Introdução: Muhammad Yunus. Organização: Erik Assadourian; tradução: Claudia Strauch. Salvador - BA: Uma Ed., 2010. 298 p.

HERRERA, Amílcar O. **A Grande Jornada:** A crise nuclear e o destino biológico do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1982. (Coleção o Mundo Hoje, v. 42).

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; UMA- Universidade Livre da Mata Atlântica. **Perspectivas do Meio Ambiente Mundial-2002.** GEO-3: Passado, presente e futuro. Brasília: IBAMA/UMA, 2004.

MENDES, Armando D. Envolvimento e desenvolvimento: introdução à simpatia de todas as coisas. In: **Desenvolvimento e natureza:** Estudos para uma sociedade sustentável/ Clóvis Cavalcanti (org.). – 5ª Ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009. pp. 54-76.

MILLIOT-GUIN, Shawna. Dimensions éthiques et logiques d'action de l'eco-management. **Responsabilité & Environnement.** Annales des mines. Janv. n° 9, p. 13-19, 1998.

PAULA, G. O. de; CAVALCANTI, R. N. Ethics: Essence for Sustainability. **Journal Of Cleaner Production,** Oxford, v. 8, p. 109-117, 2000.

PROOPS, J. et al. Realizando um Mundo Sustentável. In: CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas.** São Paulo: Cortez; Recife: FUNDAJ, 1997. p. 104-111.

SHENG, F. Valores em Mudança e Construção de Uma Sociedade Sustentável. In: CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas.** São Paulo: Cortez; Recife: FUNDAJ, 1997. p. 165-178.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000. 174 p.

STERN, Paul C. et al. **Mudanças e agressões ao meio ambiente.** São Paulo: Makron Books, 1993. Traduzido por José Carlos Barbosa dos Santos: revisão técnica Luís Cláudio Freitas Lemos. 314 p.

WEIL, Pierre **A nova ética.** Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1998.

WOLF, E. R. **Europe and the Peoples Without History.** Berkeley - California: University of California Press, 1982.